


Artigo | Dossiê História Oral: experiências, trajetórias e percursos de pesquisa

História oral, memória social e experiência: aproximação das abordagens teórico-metodológicas para pesquisas em ensino de História

Sandra Regina Mendes, *Universidade do Estado da Bahia* ✉  

Palavras-chave:

memória social/coletiva; experiência; história oral.

Resumo. Recorte de uma pesquisa que objetivou analisar a memória do debate em torno das contestações e proposições de historiadores/as e pesquisadores/as em ensino de História diante de reformas educacionais, especialmente destinadas à formação de nível médio, este artigo tem como propósito problematizar uma discussão de caráter teórico-metodológico das experiências vividas e transmitidas como objeto e fonte de investigação, estabelecendo interlocuções entre os estudos do campo da memória social/coletiva, do ensino de História e da História Oral. Os pressupostos epistemológicos se aproximam de Halbwachs (2004), Aróstegui (2004) e Magalhães (2014), privilegiando as categorias Memória Social, Experiência e História Oral. A composição e os procedimentos metodológicos do corpus documental analisado parte de fontes orais, requerendo diálogos com a História Oral. Entretanto, concluiu-se que a complexidade em historicizar as experiências vividas, apreendidas através da História Oral, demanda maiores discussões no sentido de contemplar as especificidades teórico-metodológicas concernentes a esse tipo de fonte.

Keywords:

social/collective memory; experience; oral history.

[EN] Oral history, social memory, and experience: approaching theoretical-methodological frameworks for research in History Education

Abstract. This article is an excerpt from a broader study aimed at analyzing the memory of debates surrounding the objections and proposals of historians and researchers in history education in the face of educational reforms, particularly those targeting secondary education. The purpose of this paper is to reflect on a theoretical-methodological discussion of lived and transmitted experiences as both object and source of investigation, establishing connections among studies in the fields of social/collective memory, History teaching, and Oral History. The epistemological framework is informed by Halbwachs (2004), Aróstegui (2004), and Magalhães (2014), with a focus on the categories of Social Memory, Experience, and Oral History. The composition and methodological procedures of the analyzed documentary corpus are based on oral sources, requiring dialogue with the field of Oral History. However, it is concluded that the complexity of historicizing lived experiences accessed through Oral

	History demands further discussion in order to address the theoretical and methodological specificities inherent to this type of source.
Palabras clave memoria social/coletiva; experiência; história oral.	<p>[ES] Historia oral, memoria social y experiencia: aproximación a los enfoques teórico-metodológicos para investigaciones en la enseñanza de la asignatura de Historia</p> <p>Resumen. Fragmento de una investigación que tuvo como objetivo analizar la memoria del debate en torno a los desafíos y propuestas de historiadores/as e investigadores en la enseñanza de asignatura de Historia frente a las reformas educativas, especialmente dirigidas a la formación de nivel medio. Este artículo tiene como propósito problematizar una discusión de carácter teórico-metodológica de las experiencias vividas y transmitidas como objeto y fuente de investigación, estableciendo diálogos entre los estudios del campo de la memoria social/colectiva, la enseñanza de las asignaturas de Historia e Historia Oral. Los supuestos epistemológicos se aproximan a Halbwachs (2004), Aróstegui (2004) y Magalhães (2014), poniendo énfasis en las categorías de Memoria Social, Experiencia e Historia Oral. La composición y los procedimientos metodológicos del corpus documental analizado provienen de fuentes orales, requiriendo diálogos con la historia oral. Sin embargo, se concluyó que la complejidad de “historizar” experiencias vividas, aprendidas a través de la historia oral, exige mayores discusiones para contemplar las especificidades teórico-metodológicas relativas a este tipo de fuente.</p>

Introdução: um panorama ambiental

A memória, em sua dimensão social, constitui-se a partir de construções coletivas. A rememoração do passado é atravessada pela socialização das vivências humanas de maneira que Halbwachs (2004) a considera, mesmo quando evocada individualmente, sempre ancorada em marcos sociais (grupos, lugares, religião, família, classe), transmitida por meio da linguagem.

Neste artigo, tem-se como propósito problematizar discussões de caráter teórico-metodológicas das experiências vividas e transmitidas como objeto e fonte de investigação, estabelecendo interlocuções entre os estudos do campo da memória social/coletiva, do ensino de História e da História Oral. Para tanto, fez-se um recorte de uma pesquisa que objetivou analisar a memória do debate em torno das reflexões, contestações e proposições realizadas por historiadores/as e pesquisadores/as em ensino de História diante das políticas e reformas educacionais, especialmente destinadas à formação de estudantes de

nível médio (Mendes, 2024). Verticalizamos as discussões em torno das experiências vividas e transmitidas, ancoradas na memória social, tomadas na pesquisa como objeto e fonte de investigação.

Desde os anos de 1970, intelectuais da História vêm reagindo às políticas e reformas educacionais que insistem em afastar o conhecimento histórico de um caráter crítico-emancipatório na formação de estudantes de nível médio. Isso ocorreu em um processo dialético quando a implementação dos Estudos Sociais nos currículos levou a um movimento de resistência a partir da articulação de um grupo de intelectuais que passaram a colocar em evidência a pauta da autonomia da História, suas especificidades e finalidades no currículo e na formação escolar.

Com a redemocratização, os embates contra os Estudos Sociais recrudesceram e a produção acadêmica em torno da relevância do conhecimento histórico na escola básica, ganhou novas dimensões, também influenciada pela renovação historiográfica em andamento naquele momento. Ressalva-se, contudo, que, no início da década de 1980, não havia ainda um campo de pesquisa no qual o ensino de História configurava-se como objeto de investigação. Esse foi formado e consolidado, dialeticamente, em função das demandas e das condições concretas que se colocavam, como a expansão dos cursos de pós-graduação, dos grupos de pesquisa e a aproximação da História com epistemologias das teorias educacionais. Isso significa dizer que pesquisadores/as em ensino de História estavam, ainda, aproximando-se das problematizações que envolviam a abrangência teórica da História ensinada, questionando concepções limitadas à aplicação de métodos de ensino e de relatos descritivos de experiências pedagógicas. Pode-se afirmar, porém, que, mesmo sem a sistematização do campo de pesquisa, os estudos em ensino de História já estavam em andamento e ganhando espaço.

As experiências socialmente partilhadas acerca do debate historiográfico sobre as políticas e as reformas educacionais a partir da década de 1970 constituem-se como um acervo intelectual. Existem memórias vivenciadas que interligam o passado e o presente em sua dialética concreta.

Os/as intelectuais se situam em um lugar complexo, indelevelmente ligado à sociedade e aos grupos aos quais se circunscrevem, às instituições a que se vinculam, aos diálogos estabelecidos com os pares ou mesmo às pressões que advêm da própria comunidade científica. Portanto, deve-se considerar que são recordações/lembranças produzidas em função do lugar de produção que precisa ser ponderado na efetivação da análise. Não se pode perder de vista que “[...] a memória conjuga-se sempre no presente, que determina as suas modalidades: a sucessão de acontecimentos de que se deve guardar recordações (e de testemunhas a escutar), a sua interpretação, as ‘lições’, etc” (Traverso, 2012, p. 18).

O atual contexto de reformulações do ensino médio justifica a emergência em “dar voz” ao grupo de historiadores/as e pesquisadores/as em ensino de História, que fizeram, e ainda fazem, resistências à retirada da disciplina História do currículo, desde os anos de 1970. Nesses embates elaboraram um conhecimento sistematizado que serve, até hoje, como marco de referência de memória (Halbwachs, 2004) para intelectuais que discutem a temática do ensino de História, mesmo com os atuais avanços teóricos promovidos pelo campo.

Na recomposição dos debates em torno da História escolar em andamento, questionando-a enquanto relevante para a formação de jovens, identifica-se uma disputa no campo das políticas educacionais que visa além da sua mera manutenção ou retirada no currículo. O que está sendo disputado se refere a qual História deve ser ensinada. Esse debate vem sendo instituído por prepostos de um projeto conservador, baseado em narrativas pautadas, em especial, no negacionismo histórico¹.

¹ De acordo com Napolitano (2022, p. 217), o negacionismo pode ser entendido como uma estratégia de negação de um consenso científico. “No terreno historiográfico, mais sutil que o negacionismo, existe outra estratégia que podemos nomear de “revisonismo ideológico”. Ele pode ser definido como questionamentos de consensos científicos por parte de uma luta política-ideológica, a partir da seleção, manipulação e combinação de dados e hipóteses correntes e aceitas na comunidade científica, mas devidamente descontextualizadas, para construir argumentos que reforcem as polêmicas opiniões e ideologias dos revisionistas”.

Diante das recentes reformulações feitas pela Lei nº 13.415/2017 (Brasil, 2017), agora atualizada na Lei nº 14.945/2024 (Brasil, 2024), nota-se que há a continuidade, por meio de diferentes configurações, dos ataques à formação histórica de estudantes, especialmente do nível médio, para os quais se prioriza a formação tecnicista precoce e aligeirada. Portanto, reafirmamos a relevância em “ouvir” as experiências de um grupo de intelectuais que, na ocasião da Lei nº 5.692/1971 (Brasil, 1971) e da implementação dos Estudos Sociais, vivenciou o processo de retirada da História enquanto disciplina do currículo no chamado 1º grau e, ainda, limitando-a ao 2º grau com um cotejamento imposto pela profissionalização do currículo.

As experiências de historiadores/as e pesquisadores/as² em ensino de História no contexto da reforma de 1971, passando pelas discussões que se efetivaram no processo de redemocratização e pós-democratização são portadoras de uma memória intelectual e cultural que se entrelaça à historiografia do ensino de História, marcada por disputas teóricas e de poder. Como posto, diríamos que ela serve como marco de memória (Halbwachs, 2004) para um coletivo de pesquisadores/as que discutem a temática de ensino.

As memórias políticas, sociais e coletivas constituídas acerca das políticas e reformas educacionais e o ensino de História no currículo brasileiro podem ser recuperadas por meio da História Oral, visto que essa, como argumenta Aróstegui (2004), apresenta possibilidades de ter uma “História com testemunho vivo, tanto na sua vertente de História apoiada em fontes orais como no tipo mais estruturado baseado na exclusividade do testemunho oral que forma, é claro, uma percepção da *história do presente*” (Aróstegui, 2004, p. 10, tradução livre).

² Apesar de, na década de 1970, pesquisas em ensino de História ainda não se constituírem como objeto de um campo de investigação, já havia historiadores/as interessados na temática, especialmente as ligadas às questões sobre a formação docente e novas metodologias de ensino com uso de novas fontes. Pretendemos deixar bem visibilizado que a produção acadêmica acerca do ensino de História é atravessada pela identidade docente. Por essa razão, entendemos que a categoria historiadores/as sozinha não remete a um significado que contempla práticas que tomam como indissociável a relação entre o ensino de História na escola básica e a produção historiográfica. Nesse sentido, optou-se por demarcar, associadamente, historiadores/as e pesquisadores/as em ensino de História, entre os quais se encontram docentes da educação básica, que se identificam prioritariamente como professores e também pesquisam a área.

Dessa forma, tomando como referência a dialética presente/passado, mobilizando a memória enquanto recurso analítico, estabelecemos aproximações entre o projeto educacional da década de 1970 e o que se encontra em andamento na contemporaneidade. As especificidades históricas e contextuais próprias de cada época, obviamente são observadas nas análises. Evidentemente, a História não se repete, e os processos devem ser compreendidos em seu próprio tempo, mas, como apontado por Magalhães (2014), o conceito de memória pode ser um recurso analítico para se pensar a relação entre as experiências passadas e a análise das prioridades políticas de uma dada sociedade, mesmo diante de mudanças históricas. Muitas políticas continuam insistindo em “[...] operacionalizar o uso e a atualização constante do passado em favor da continuidade de dada condução e construção política, educacional no presente” (Magalhães, 2014, p. 94). A autora entende que as continuidades que se operam, pela transmissão social, diacrônica e sincronicamente, possibilitam entender o “[...] projeto de sociedade, educação, a escola, em voga” (Magalhães, 2014, p. 98).

Ao explicitar os pressupostos epistemológicos norteadores nesta introdução, buscou-se evidenciar diálogos com o campo de estudos da memória a partir de Halbwachs (2004), Aróstegui (2004) e Magalhães (2014), elegendo como categorias centrais da discussão Memória Social, Experiência e História Oral. A continuidade do artigo segue em três momentos. Primeiramente, abordaremos a composição e os procedimentos metodológicos do corpus documental analisado decorrente do uso de depoimentos orais. Em seguida, no segundo momento, evidenciamos a memória e a experiência dos/as historiadores/as e pesquisadores/as em ensino de História em relação aos embates contra as políticas e reformas educacionais. Por fim, encaminhamos as conclusões, retomando os aspectos problematizados acerca das questões teórico-metodológico que envolvem pesquisas que tomam como objeto e fonte experiências vividas e transmitidas, evidenciando os diálogos possíveis entre os estudos do campo da memória social/coletiva, do ensino de História e da História Oral.

Composição e procedimentos metodológicos do corpus documental da pesquisa relacionado à História Oral

Para Aróstegui (2004), a possibilidade das pessoas, em um exercício mental, colocarem diante de si toda a sua trajetória de vida, a sua biografia, como algo unitário e de forma ordenada, do presente ao passado, e vice-versa, decorre do trabalho de memória. Compreendemos que a memória não ocorre de forma espontânea como uma lembrança aleatória ou uma simples conexão de imagens. Na concepção sociológica halbwachiana, a ação de recordar exige racionalidade mental e reflexões acerca de vivências concretas e socialmente compartilhadas.

Entretanto, esse processo de rememoração deve ser compreendido em sua intrínseca inerência com a experiência humana. Aróstegui argumenta que,

Sem a capacidade de recordar, de tornar presente o passado, não haveria como elaborar uma **historicização da experiência** ou uma apreensão do presente como história, ou seja, não haveria possibilidade de viver historicamente. A importância, portanto, de analisar as funções da memória em relação à experiência humana é cada vez maior dada a insistência de um grande número de escritores atuais na relação entre memória e a recuperação do passado, entre o que se convencionou chamar de História, e a percepção do presente como parte constitutiva do processo histórico (Aróstegui, 2004, p. 13, grifo nosso, tradução livre).

Para discutir o significado de “**historicização da experiência**”, Odetti, Magalhães e Tiriba (2021, p. 2, grifo nosso), além das categorias História e Experiência, defendem a categoria memória, “[...] como especial para adensar a reflexão sobre fundamentos teórico-metodológicos de pesquisas que retomam ou reavivam experiências que foram vividas e transmitidas ao longo da história”. Dito de outra forma, historicizar a experiência demanda considerar os processos sociais vividos concretamente por homens e mulheres, “[...] como uma das condições do conhecimento historiográfico” (Odetti; Magalhães; Tiriba, 2021, p. 2).

A aproximação com a teoria halbwachiana permite estabelecer vinculações entre a experiência e os marcos de referência da memória. Além dos que foram discutidos por Halbwachs (2004) –lugares, classe, religião, família,

linguagem –,podem-se considerar outros. Existem diversos marcos sociais a serem utilizados na mobilização da memória, dependendo do objeto investigado e do corpus documental disponível. Cabe ao/a pesquisador/a analisar os que incidem sobre a memória enquanto objeto e fonte, que estão sendo investigados. Os marcos sociais da memória não devem ser compreendidos dentro de um processo rígido, mas a partir de movimentos dialéticos que se configuram nas relações sociais. À medida que o/a investigador/a analisa o seu objeto de pesquisa surgem demandas para se refletir, mesmo considerando-se a memória social e coletiva como um todo, sobre as especificidades grupais e das coletividades existentes, visando identificar os quadros delimitadores e os pontos de referência, que dão sustentação aos processos de organização de memórias a respeito do que se pretende problematizar. Como os marcos de referência dão estrutura e condicionam as memórias estudadas configura uma tarefa do pesquisador/a. Utilizar a categoria marco social, na perspectiva halbwachiana, exige superar determinismos teóricos, visto que a memória não é um objeto que cabe em noções fechadas, mas exige, em seu estudo, a capacidade de fazer a inteligibilidade das relações que se estabelecem entre o externo e o interno.

Como inicialmente colocado, este artigo problematiza discussões de caráter teórico-metodológico das experiências vividas e transmitidas como objeto e fonte de investigação, estabelecendo interlocuções entre os estudos do campo da memória social/coletiva, do ensino de História e da História Oral por meio da análise de um corpus documental composto por depoimentos orais. Trata-se de um recorte de pesquisa no qual foi identificado, no processo de investigação e estudos de recomposição da memória, o que os/as entrevistados/as traziam como marco de referência, trajetórias determinadas por mobilizações e lutas, enfrentando situações que feriam, diretamente, a aprendizagem histórica de estudantes. São resistências estabelecidas entre o período ditatorial brasileiro e o processo de redemocratização.

Tomando as políticas educacionais relacionadas a interesses dos/as representantes dos setores autoritários e de liberais-conservadores, durante a ditadura militar, e de defensores/as dos pressupostos neoliberais que apoiam a

atual reforma da educação, constata-se a existência de uma memória educacional institucionalizada que possui o pressuposto que a História pode ser secundarizada no currículo escolar no nível médio. Isso ocorreu, em um primeiro momento, por meio da Lei nº 5.692/1971 (Brasil, 1971) e, atualmente, vem sendo recomposta nas reformulações atuais (Lei nº 13.415/2017 e Lei nº 14.945/2024)³. Em contraposição, há um acúmulo de experiências vivenciadas, por parte de historiadores/as e pesquisadores/as em ensino de História, forjadas na luta contra uma reforma educacional, que era extremamente prejudicial a estudantes oriundos das camadas trabalhadoras, confrontando esse quadro social marcado pela naturalização das desigualdades sociais e de classes. Por essa razão, entendemos que a retomada da ofensiva contra o conhecimento histórico suscita problematizar e “ouvir” as experiências desses/as intelectuais nos processos de embates e resistências.

A constituição e delimitação do corpus composto pelas entrevistas tomou como critério pesquisadores/as pioneiros/as da área de ensino de História, que vivenciaram as investidas contra a História escolar a partir da Lei nº 5.692/1971 (Brasil, 1971). Entretanto, ocorreram desafios: o acesso a esses/as pesquisadores/as, seja devido à distância geográfica⁴ ou à ausência de relações sociais que possibilitasse o contato. O contexto pandêmico, que se estendeu entre 2020-2021, também representou uma grande dificuldade para o desenvolvimento da pesquisa. Dessa forma, a opção metodológica foi investigar, em publicações acadêmicas, acervos e projetos de História Oral que disponibilizassem entrevistas com esses/as historiadores/as e pesquisadores/as em ensino de História. Então, procedeu-se à busca sistemática por entrevistas com pessoas do grupo que mobilizou resistências às políticas educacionais, desde os anos de 1970, que pudessem subsidiar a pesquisa em tela.

Mapeadas as entrevistas, passou-se a analisar como é compreendida a História Oral pelos/as pesquisadores/as que as fizeram com o intuito de discutir

³ Brasil (2017, 2024).

⁴ A pesquisa foi iniciada em 2020. Nesse momento, ainda não era comum o uso das videoconferências. Em geral, as entrevistas sempre eram feitas por meio do contato pessoal entre entrevistado/a e entrevistador/ra.

o modo como são abordadas as questões teórico-metodológicas, as quais deram suporte para o desenvolvimento da investigação que resultou nos depoimentos orais.

Identificamos o projeto *Biografia intelectuais: trajetórias de pesquisadoras nos estudos pioneiros históricos brasileiros (2016-2019)*. O coordenador, Roiz (2024), justifica a proposta da seguinte forma:

A biografia intelectual permite estudar a trajetória de indivíduos, com especial atenção para a relação entre texto e contexto, sincronia e diacronia, e letrado(a) e movimento sociocultural. Ao serem construídas, tendo em vista um mesmo contexto e diferentes espacialidades, o perfil e a atuação do grupo estudado pode muito bem iluminar pontos pouco ou nada conhecidos de um período histórico. Nessa linha, propõe-se elaborar um conjunto de biografias intelectuais de historiadoras brasileiras, que foram pioneiras, a partir dos anos 1930, na delimitação de campos de pesquisa, na institucionalização de cursos de graduação e programas de pós-graduação na área e na renovação dos estudos históricos brasileiros, especialmente os do período republicano. Nossa meta será simultaneamente com a proposta de elaboração destas biografias, a de fazer um conjunto de entrevistas com historiadoras (e cientistas sociais) ainda atuantes em nosso meio ou recém-aposentadas, e que possam ser úteis para futuras pesquisas sobre o período republicano e a formação do ofício de historiador no Brasil (Roiz, 2024)

O projeto, já concluído, foi contemplado pelo Edital nº 013/201 – Memórias Brasileiras: Biografias, da Capes –, com vigência entre nov./2016 e nov./2019, auxílio nº 2003/2016, envolvendo estudantes de graduação, do mestrado acadêmico e do doutorado. Desse projeto, além de publicação de livros, resultaram as entrevistas disponíveis com Circe Bittencourt, Selva Guimarães e Joana Neves.

São observadas diferentes formas de execução das entrevistas, sem referência direta ao uso da História Oral. Na entrevista de Bittencourt, tem-se a seguinte nota: “[...] o roteiro de questões foi apresentado a Circe Bittencourt em dezembro de 2017 e nos foi entregue respondido em março de 2019”. A entrevistada inicia

[...] com um agradecimento pelo convite para participar de um projeto sobre uma trajetória peculiar na historiografia brasileira

produzida por duas gerações de historiadoras. Nada mais honroso do que compartilhar percursos do fazer histórico integrando, ao mesmo tempo, uma história de mulheres brasileiras que, de diferentes lugares e formas, buscaram e, ainda buscam, contribuir para a construção de um pensamento histórico diversificado e plural sobre nossa sociedade nas últimas décadas do século XX e primeiras do século XX (Bittencourt, 2020, p. 2)⁵.

No que tange à entrevista de Selva Guimarães, trata-se de um “roteiro de questões apresentado em dezembro de 2017 e [...] entregue em junho de 2018”⁶. Nesse sentido, as duas entrevistas citadas não explicitam estarem, metodologicamente, orientadas pela História Oral, visto terem sido feitas por meio de questões respondidas de forma escrita, sem a intermediação direta e atuante do entrevistador/a com o entrevistado/a. Alberti (2006, p. 169) coloca que

[...] do mesmo modo que uma autobiografia, podemos dizer que uma entrevista de História oral é, ao mesmo tempo, um relato de ações passadas e um resíduo de ações desencadeadas na própria entrevista. Com uma diferença, é claro: enquanto na autobiografia há apenas um autor, na entrevista de História oral há no mínimo dois autores- o entrevistado e o entrevistador. Mesmo que o entrevistador fale pouco, para permitir ao entrevistado narrar suas experiências, a entrevista que ele conduz é parte do seu próprio relato- científico, acadêmico, político etc.- sobre ações passadas, e também de suas ações. [...] A entrevista de História oral deve ser compreendida também como documento de cunho biográfico, do mesmo gênero de memórias, autobiografias, diários e outros documentos pessoais. Trata-se de uma fonte ajustada a um importante paradigma das sociedades ocidentais contemporâneas: a idéia (sic) de concepções e práticas em nosso mundo, e o pesquisador que opta por trabalhar com a História oral deve ter consciência de que está lidando com uma fonte que reforça valores.

Como o próprio título do projeto indica, o objetivo estava voltado para a construção de biografias, mas podemos estabelecer convergências da escrita

⁵ As citações das entrevistas serão referendadas pelo nome do/a pesquisador/a entrevistada/a e não pelo responsável pela entrevista, visto que a narrativa se coloca em primeira pessoa.

⁶ A entrevistada faz uma nota: “Esclareço que desde 2010 não assino ‘Fonseca’”. Algumas respostas ao questionário foram adaptadas do Memorial intitulado “Como me tornei professora: narrativa de uma experiência docente”, apresentado à Banca Examinadora da Progressão para a Classe de Titular, em 2015” (Guimarães, 2019, p. 581).

biográfica e as investigações utilizando a História Oral, especialmente quando se entrevista o/a biografado/a, mobilizando experiências por meio da memória. Isso não significa negligenciar as especificidades dos procedimentos metodológicos que existem ao se produzir uma entrevista por meio da História Oral, como deixou evidente a autora na citação acima. Dessa forma, compreendemos que as entrevistas de Bittencourt (2020) e Guimarães (2019), apesar de atenderem às questões da pesquisa em tela por permitirem acessar as experiências vivenciadas, apresentam limites quando consideramos a ausência de interlocuções entre entrevistado/a-entrevistador/a. Entretanto, compreendemos que o acesso a essas produções, provenientes de diferentes formas de registro de memórias e experiências vivenciadas, devem ser utilizadas por pesquisadores/as em suas investigações.

Cabe demarcarmos uma exceção na entrevista de Joana Neves, “realizada por meio de videochamada, no dia 15 de julho de 2021, e revisada por e-mail pela entrevistada, no dia 8 de setembro de 2021”. Como estava havendo restrições devido ao estado pandêmico causado pela Covid-19, obviamente, houve a necessidade do recurso tecnológico que foi popularizado no período, anteriormente pouco utilizado e difundido. Apesar das diferenças em relação a uma entrevista feita presencialmente, esta permite uma maior interação entre entrevistador/a/entrevistado/a.

O livro *Ser professor no Brasil: História Oral de vida* (1997), resultante da tese de doutorado da professora Selva Guimarães Fonseca, também oferece importantes contribuições para discutir as experiências vivenciadas e a memória dos debates sobre as políticas educacionais. A autora justifica o uso da História Oral:

Após percorrer vários campos de saber, refletindo sobre possíveis caminhos metodológicos no âmbito da história oral, reafirmei a opção pela história oral de vida. Isto implica definições relacionadas à dimensão técnica da pesquisa sem perder de vista seu significado político, na sociedade em que vivemos. Algumas questões nortearam essas definições. Primeiro, como manter viva a troca de experiência, numa sociedade que tenta suprimir o plural, submergindo tudo numa totalidade uniformizada? (Fonseca, 1997, p. 45).

Nessa perspectiva, a autora faz uma ampla discussão sobre memória e História Oral. A bibliografia utilizada por Fonseca (1997) referente à última é vasta, sendo muitas internacionais. A especialista afirma terem sido realizadas entrevistas orais com 15 professores, mas, por questões técnicas, só constam treze na versão final da obra. Desse modo, ressalta, aqui, as dificuldades encontradas:

Estabeleci um número mínimo de dez e um máximo de 15 narradores. Isso justifica-se pela opção de trabalhar com histórias de vida, o que implica entrevistas longas e, na maioria dos casos, a realização de duas ou mais entrevistas orais, com cada um dos narradores que residem em diferentes cidades do Brasil. Disso resultou um grande volume de material (gravações e anotações de campo) e a necessidade de um maior número de viagens para contatos e visitas (Fonseca, 1997, p. 47).

Um dos destaques do livro de Fonseca (1997) é uma entrevista de Déa Ribeiro Fenelon (1997), uma voz muito potente e atuante na área do ensino de História.

Ilka Miglio Mesquita (2008)⁷ também trabalhou com testemunhos orais em sua tese, assumindo como metodologia a História Oral, definida com a metáfora “tear manual de liço”. Assim, a autora explica a comparação:

A História Oral é o tear manual de liço composto de ferramentas teórico-metodológicas que podem proporcionar a tessitura do texto narrativo. Os diálogos estabelecidos são conjuntos de fios de Memória e Identidade que compõem a trama; o objeto e o problema da pesquisa são os fios da urdidura, que foram colocados previamente no sentido do comprimento do tear. A escolha da História Oral é movimento que se traduz na importância que queremos dar ao estudo e à possibilidade de construir a narrativa da história que queremos contar. Traduz também em mostrar as ferramentas teórico-metodológicas necessárias para a construção do objeto em estudo. Os referenciais teórico-metodológicos, em constante diálogo com as evidências, são instrumentais para fiar, organizar e manipular os fios na tessitura da narrativa histórica (Mesquita, 2008, p. 21).

⁷ A tese tem por título “Memória/identidades em relação ao ensino e formação de professor de História: diálogos com fóruns acadêmicos nacionais”. Posteriormente, foi publicada em formato de livro, denominada como *Urdidura e trama de memórias do ensino de História*. (2017).

Essa narrativa histórica constrói-se pela interação entre as experiências, registradas, por sua vez, pela História Oral. Entre as entrevistas feitas pela autora, tem-se, também, uma de Déa Ribeiro Fenelon, ocorrida em 11 de novembro de 2005, publicada na íntegra, em 2008, nos cadernos do CEOM. As demais estão incorporadas no texto da tese a partir das questões discutidas pela autora. Ressaltamos que a bibliografia, apresentada por Mesquita, na tese, apresenta referências relevantes, algumas convergindo com as de Fonseca (1997), para o trabalho com a História Oral.

Outro projeto de pesquisa identificado foi uma proposta interinstitucional envolvendo a Universidade Federal de São Paulo – Unifesp, a Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG/PR e a Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, financiado pelo CNPq (processo nº 471240/2014-1), com o título *Ensino de História: memórias e escritos de um campo de pesquisa*. Sobre o projeto, coloca-se:

Nosso principal escopo tem sido investigar os processos de constituição desse campo de pesquisa e esboçar um mapeamento de como se configuram as dinâmicas de sua delimitação “territorial” a partir de registros diversos, enfatizando aspectos históricos e socioculturais com destaque para suas origens e transformações, a constituição de sua comunidade, os programas de pesquisa, os eventos, as publicações e os projetos, suas relações com a formação dos professores e as formas de intervenção nas políticas educacionais da Educação Básica. Nesse sentido, entendemos que o campo de pesquisas sobre o ensino de História não se encontra delimitado de forma definitiva, como território fechado e estabelecido. Ao contrário, seus contornos e seu traçado estão em movimento constante, aberto a construções, reconfigurações e novas significações, inclusive pelo trabalho de memória daqueles que participam e participaram ativamente de sua construção. Assim, intentamos: a) identificar e b) mapear alguns dos principais autores desse campo no Brasil, bem como promover um c) levantamento de sua obra e d) **coletar suas narrativas orais**, sempre que possível, de modo a construirmos um e) amplo painel das contribuições desses pesquisadores em suas f) várias tendências e g) transformações, produzindo um h) **banco de dados de obras e relatos orais organizados**. [A pesquisa pretende] identificar, captar, registrar e disponibilizar, quando possível, os **testemunhos orais desses agentes e suas reflexões sobre a constituição do campo de pesquisa sobre o Ensino de História no Brasil** (Almeida Neto; Mello, 2016, p. 19, grifo nosso).

Nota-se uma preocupação em elaborar registros dos testemunhos orais de pesquisadores/as atuantes no campo do ensino de História, objetivando, inclusive, compor um banco de dados com esses depoimentos para futuras investigações. Infelizmente, não foram encontrados os resultados obtidos com esse projeto.

O corpus da pesquisa, do qual resulta o recorte apresentado neste artigo, ainda é composto por diversas entrevistas publicadas em periódicos variados, sem indicação de vínculos com projetos específicos, como os citados acima. Essas são resultantes de ações de diversas naturezas, principalmente atividades desenvolvidas em grupos de pesquisa e laboratórios de ensino. Os/as pesquisadores/as que figuram nas entrevistas são: Cláudia Sapag Ricci, Katia Maria Abud; Circe Bittencourt; Marcos Silva e Ernesta Zamboni.

Vozes de resistências

Durante a ditadura militar brasileira, instituiu-se uma reforma para educação, Lei nº 5.692/1971 (Brasil, 1971a), consolidada pela Resolução nº 8/1971, estruturando o ensino em 1º e 2º graus, sendo este último profissionalizante obrigatório. Com a verticalização no currículo tecnicista estreito, com finalidade de inserção precoce de jovens no mercado de trabalho simples, algumas disciplinas como a História passaram a ser “[...] dosadas no 2º grau segundo as habilitações profissionais pretendidas pelos alunos [as]” (Brasil, 1971b). O projeto educacional da ditadura adotou o controle e a configuração dos componentes do currículo -- entre os quais, a História --, com o objetivo de frear estudos teóricos fundamentais para o desenvolvimento de uma consciência social com criticidade. Para tanto, interferiu, diretamente, na formação docente.

A compreensão sobre como se organizaram historiadores/as e pesquisadores/as em ensino de História em torno dessa reforma educacional pode ser efetivada por meio da análise das experiências vivenciadas e compartilhadas que, a partir da História Oral, são registradas e passíveis de serem acessadas. Trata-se de uma rememoração, que mobiliza a experiência

humana em processos de reflexão e historicidade, incidindo em diálogos com questões postas e relacionadas ao contexto em que se lembra. Percebe-se, nos relatos a seguir, que os/as entrevistados/as conseguem identificar a relevância das articulações que fizeram no momento em que houve a desvalorização sistemática dos cursos de História e da formação de estudantes, por parte do governo. Marcos Silva (2006, p. 4-5) aponta em sua entrevista:

Alguns assuntos não eram tratados, algumas leituras não eram feitas. Eu sempre me lembro de que nós vimos historiadores marxistas, como Caio Prado Júnior, mas nunca lemos, nas aulas propriamente ditas da graduação de História, os textos de Marx, o que, a meu ver, correspondia a esse medo dos professores que citei. Apesar das dificuldades, muitos estudantes, muitos amigos faziam grupos de leitura. Líamos os textos que não eram dados diretamente nas aulas. Mas, junto com o medo, a violência e a repressão, havia também um clima de muita busca, havia muita colaboração. Eram coisas boas, formas até de resistir ao clima pesado, ao clima triste da ditadura. Minha graduação foi feita nesse universo [...]. A ditadura envolvia não apenas a violência ditatorial, mas também esforços de quem era adversário daquele regime... Reuniões, criação de grupos, tudo isso fazia parte de nosso comportamento.

Quando a lei começou a recrudescer, constituindo o ensino de História como um dos instrumentos de alienação, esvaziando, assim, as possibilidades de compreensão das relações historicamente construídas, aumentaram as pesquisas com interesse na História escolar, começando a se delinear um novo campo de pesquisa, voltado para investigações sobre o ensino de História. Dentro de um processo dialético, a implementação dos Estudos Sociais, nos currículos nos anos de 1970, resultou em movimentos de resistência a partir da articulação de um grupo docentes, que passaram a colocar em evidência a pauta da autonomia da História e as especificidades do conhecimento histórico no currículo escolar. Guimarães (2019, p. 585) contextualiza as mobilizações:

Em 1980, Déa Fenelon esteve na UFU. Foi um momento singular para os estudantes. Ouvimos com muita atenção e admiração a voz de uma historiadora competente, combatente, que muito nos motivou a lutar em defesa da História. Era o momento da campanha nacional contra o Parecer do Conselheiro Paulo Natanael, do então Conselho Federal de Educação, que

propunha a transformação de todos os cursos de História e Geografia em um curso único de Estudos Sociais, com habilitações em História, Geografia, Educação Moral e Cívica – EMC e Organização Social e Política do Brasil – OSPB. Os alunos e professores da UFU se engajaram na campanha que foi vitoriosa, pois o proponente, pressionado pelos movimentos, acabou por retirar o projeto. Os cursos de Licenciatura Curta em Estudos Sociais foram, paulatinamente, extintos nos anos de 1980 e 1990 (Guimarães, 2019, p. 585).

Fenelon (1997) narra sobre esse período:

[...] Mas acho que foi no espaço da associação que nós fizemos a grande luta contra estudos sociais. Isso é um grande capítulo que não podia deixar de aparecer aqui, porque foi uma batalha grande que envolveu toda comunidade. Ela começou por volta de 1971-72, com a implantação das licenciaturas curtas de estudos sociais e a possibilidade de acabar com a licenciatura plena de história. Foi o começo da nossa luta contra os estudos sociais, num congresso em Goiânia [...] (Fenelon, 1997, p. 81-82).

A luta contra os Estudos Sociais foi intensificada com o processo de redemocratização, com forte participação dos/as docentes do ensino de 1º e 2º graus:

[...] com a abertura de participação de professores secundários, também se tornou importante para os debates sobre o retorno da História, e fui uma das primeiras representantes como professora secundarista a integrar o Conselho da ANPUH, por volta de 1979/1980 (Bittencourt, 2020, p. 8-9).

Observa-se, que a fonte oral foi de extrema relevância para pesquisa, ao possibilitar a recomposição da memória social/coletiva e das experiências, permitindo identificar as trajetórias de lutas que marcaram de maneira significativa a vida de historiadores/as e pesquisadores/as em ensino de História, que, ainda hoje, constituem-se como marcos de referência para o campo do ensino de História. Numa perspectiva dialética, as rememorações ocorrem no presente, refletindo sobre o ocorrido e estabelecendo horizontes de expectativas sobre o futuro.

Conclusões

Neste artigo, pretendeu-se evidenciar as nossas preocupações no que se refere aos fundamentos teórico-metodológicos, os quais subsidiam pesquisas cujo objeto de investigação é a memória social/coletiva, utilizando como metodologia central a História oral. Como se pode observar, a História oral tem sido utilizada por meio de diferentes formas pelos/as pesquisadores/as. Entendemos, porém, que, ao trabalhar com investigações que mobilizam as categorias Memória Social/Coletiva, Experiência e História Oral, faz-se necessário conferir maior atenção e aprofundamento ao campo epistêmico dessas categorias, considerando-se a existência de múltiplas filiações teóricas, para que seja possível a compreensão dos fenômenos para além de suas aparências, buscando, dialeticamente, as suas essências e contradições.

A História oral não se limita a descrever narrativas, expor experiências vivenciadas por indivíduos em sociedade. Nesse sentido, os estudos da teoria da memória precisam ser considerados, em suas diferentes filiações teóricas, com maior rigor teórico nos trabalhos envolvendo a História Oral, objetivando potencializar agentes sociais na composição de suas narrativas para que possa reverberar a História e a memória social/coletiva em diferentes contextos, confrontando, assim, os dilemas reais e concretos que mantêm continuidade na dialética relação presente/ passado.

Referências

ALBERTI, Verena. Fontes orais: História dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes orais: História dentro da História*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 155-202

ALMEIDA NETO, Antonio Simplício de; MELLO, Paulo Eduardo Dias de. Memórias e escritos do ensino de História: apontamentos iniciais. In: MOLINA, Ana Heloisa; FERREIRA, Carlos Augusto Lima (org.). *Entre textos e contextos: caminhos do ensino de História*. Curitiba: CRV, 2016. p. 15-37.

ARÓSTEGUI, Julio. Retos de la memoria y trabajos de la historia. *Revista de Historia Contemporanea*, Madrid: Espagráfic, n. 3, p. 1-58, 2004.

BITTENCOURT, Circe. Entrevista feita por Diogo da Silva Roiz. *Revista Teoria e Prática*, v. 30, n. 63, p. 2-25, 2020.

BRASIL. Lei n. 14.945, de 31 de julho de 2024. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a fim de definir diretrizes para o ensino médio, e as Leis n. 14.818, de 16 de janeiro de 2024, 12.711, de 29 de agosto de 2012, 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e 14.640, de 31 de julho de 2023. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 1 ago. 2024, p. 5.

BRASIL. Lei n. 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis n. 9.394, de 20 de novembro de 1996. Brasília, DF: Presidência da República, 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm Acesso em: 27 jun. 2023.

BRASIL. Lei n. 5692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Ensino de 1º e 2º grau. Brasília, 1971. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 12 ago. 1971a, p. 6377.

BRASIL. Conselho Federal de Educação (CFE). *Parecer nº 853/71, aprovado em 12/11/1971. Núcleo comum para os currículos do ensino de 1º e 2º graus. A doutrina do currículo na lei 5.692 de 1971*. Brasília, DF, 1971b. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br> Acesso em: 14 jul. 2021.

FENELON, Déa Ribeiro. Entrevista. In: FONSECA, Selva Guimarães. *Ser professor no Brasil*. Campinas: Editora Papirus, 1997.

FONSECA, Selva Guimarães. *Ser professor no Brasil: História Oral de vida*. Campinas: Papirus, 1997.

GUIMARÃES, Selva. Entrevista feita por Diogo da Silva Roiz. *Revista Tempos Históricos*, v. 23, p. 581- 612, 2 sem. 2019.

HALBWACHS, Maurice. *Los marcos sociales de la memoria*. Rubí: Anthropos Editorial; Concepción: Universidad de la Concepción; Caracas: Universidad Central de Venezuela, 2004.

MAGALHÃES, Livia Diana Rocha. História, memória e geração: remissão inicial a uma discussão político-educacional. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n. 55, mar., 2014.

MENDES, Sandra Regina. *Memória, reformas educacionais para o ensino médio e conhecimento histórico (1971-2017)*. 2024. Tese (Doutorado em Memória: Linguagem e Sociedade) - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2024.

MESQUITA, Ilka Miglio de. *Memória/identidades em relação e formação de professores: diálogos com fóruns acadêmicos nacionais*. 2008. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de Campinas, Campinas, 2008.

NAPOLITANO, Marcos. Negacionismo histórico. In: SZWAKO, José; RATTON, José Luiz (org.). *Dicionário dos negacionismos no Brasil*. Recife: Cepe, 2022. p. 216-219.

ODETTI, Cecília Ângela; MAGALHÃES, Livia Diana Rocha; TIRIBA, Lia. Historicizar a experiência: ensaio sobre seus fundamentos teórico-epistemológico. *Research, Society and Development*, v. 10, p. 1-9, 2021.

ROIZ, Diogo da Silva. Projeto de pesquisa “Biografias intelectuais: trajetórias de pesquisadoras pioneiras nos estudos históricos brasileiros”. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/3488251835180213> Acesso em: 27 jun. 2025.

SILVA, Marcos. Entrevista feita por Geni Rosa Duarte e Méri Frotscher. *Revista Espaço Plural*, ano 7, n. 15, p. 4-10, 2 sem. 2006.

TRAVERSO, Enzo. *O passado, modos de usar: História, memória e política*. Belém: Edições Unipop, 2012.

Bibliografia completa utilizada por Selva Guimarães Fonseca

ALBERTI, Verena. *História oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro: FGV, 1990.

BOM MEIHY, José Carlos Sebe. Definindo história oral e memória. *Cadernos CERU*, São Paulo, n. 5, 2 série, 1994

BOM MEIHY, José Carlos Sebe. *A colônia brasilianista: História Oral de vida acadêmica*. São Paulo: Nova Stella, 1990.

BOM MEIHY, José Carlos Sebe. *Canto de morte Kaiowá: História Oral de vida*. São Paulo: Loyola, 1991.

BOM MEIHY, José Carlos Sebe. *História e memória ou simplesmente história oral?* São Paulo: USP, s. d., mimeo.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: T. A. Queiroz: Edusp, 1983.

DEBRET, Guita Grin. História de vida e experiências de envelhecimento para as mulheres de classe média em São Paulo. *Cadernos CERU*, São Paulo, n. 19, jun. 1984.

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. História de vida na abordagem de problemas educacionais. In: VON SIMON, O. M. (org.). *Experimentos com histórias de vida (Itália-Brasil)*. São Paulo: Vértice, 1988. (Enciclopédia Aberta de Ciências Sociais).

DUNAWAY, David K.; BAUM, Willa K. *Oral history: an interdisciplinary anthology*. Nashville: American Association for State and Local History, 1984.

FERREIRA, Marieta de Moraes; Janaína Amado (org.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1994a.

FERREIRA, Marieta de Moraes; Janaína Amado (org.). *História oral e multidisciplinaridade*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994b

FRAZER, Ronald. *Blood of Spain: an or oral history of the Spanish war*. Nova York: Pantheon Books, 1979.

GALLIAN, Dante M.C. *Pedaços da guerra: experiências com história oral de vida dos tobarrenhos*. 1992. Dissertação (Mestrado em História Social). São Paulo: FFLCH/USP, 1992.

GARRIDO, Joan del A. As fontes orais na pesquisa histórica: uma contribuição ao debate. *Revista Brasileira de História*, São Paulo: ANPUH/Marco Zero, v. 13, n. 25-26, set. 1992/ago. 1993.

GRELE, Ronald. Historia y sus lenguajes en la entrevista de historia oral: quién contesta a las preguntas de quién y por qué. *Historia y fuente oral*, Barcelona, n. 5, 1989.

GOODSON, Ivor F. (org.). Dar voz ao professor: As histórias de vida do professor e seu desenvolvimento profissional. In: NÓVOA, A. (org.). *Vidas de professores*. Porto: Porto Editora, 1992.
KHOURY, Yara M. A. Documentos orais e visuais: organização e usos coletivos. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo: SMC/DPH, n. 200, 1991.

PASSERINI, Luísa. Oral history in Italy after the second world war: from populism to subjectivity. *International Journal of Oral Histor*, n. 2, jun, 1998.

PASSERINI, Luísa. Mitobiografia em história oral. *Projeto História*, São Paulo: PUC, n. 10, dez. 1993.

PORTELLI, Alessandro. The time of my life, functions of time in oral history. *International Journal of Oral History*, v. 2, n. 3, nov. 1981.

PORTELLI, Alessandro. *The death of Luigi Trastulli and others stories: Form and meaning in oral history*. Nova York: State University of New York Press, 1991.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado*. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VANSINA, Jan. *Oral tradition as history*. Madison: University of Wisconsin Press, 1985.

Bibliografia completa utilizada por Ilka Miglio Mesquita

BOM MEIHY, José Carlos Sebe. *Manual de História Oral*. São Paulo: Loyola, 2002.

BOM MEIHY, José Carlos Sebe. *A colônia brasilianista - História Oral de vida acadêmica*. São Paulo: Nova Stella, 1990.

BOM MEIHY, José Carlos Sebe. *Canto de morte Kaiowá - História Oral de vida*. São Paulo: Loyola, 1991.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

BOSI, Ecléa. *O Tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

CHIOZZINI, Daniel F.; MESQUITA, Ilka Miglio; TUMA, Magda Madalena. Potencialidades da história oral e da memória para o diálogo com professores e professoras em suas singularidades. In: ZAMBONI, Ernesta (org.). *Digressões sobre o Ensino de História: memória, história oral e razão histórica*. Itajaí: Maria do Cais, 2007. p. 103-145.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org.). *Usos e abusos da História Oral*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado- História Oral*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1998.

Entrevistas

ABUD, Katia Maria Abud. Entrevista feita por Alexandra Lima da Silva e Marcelo Fronza, publicada na *Revista Territórios & Fronteiras*, Cuiabá, v. 6, n. 3, dez., 2013.

BITTENCOURT, Circe Bittencourt. Entrevista feita por Diogo da Silva Roiz, publicada na *Revista Teoria e Prática*, v. 30, n. 63, 2020.

BITTENCOURT, Circe Bittencourt. Entrevista feita por Letícia Oliver Fernandes, Matheus de Paula Silva e Pedro José de Carvalho Neto, publicada na *Revista Epígrafe*, São Paulo, v. 9, n. 1, 2020.

GUIMARÃES, Selva Guimarães. Entrevista feita por Diogo da Silva Roiz, publicada na *Revista Tempos Históricos*, v. 23, 2 sem. 2019.

NEVES, Joana Neves. Entrevista feita por Tiago Alinor Hoissa Benfica, publicada na *Revista História Hoje*, v. 11, n. 22, 2022.

RICCI, Cláudia Sapag. Entrevista feita por Arthur Nogueira Santos e Costa, publicada na *Revista História e Perspectivas*, Uberlândia, n. 54, jan./jun. 2016.

SILVA, Marcos. Entrevista feita por Geni Rosa Duarte e Méri Frotscher, publicada na *Revista Espaço Plural*, ano 7, n. 15, 2 sem. 2006.

ZAMBONI, Ernesta. Entrevista feita por Sandra Regina Ferreira de Oliveira, publicada na *Revista Espaço Pedagógico*, Passo Fundo, v. 21, n. 2, p. 437-452, jul./dez. 2014.